



Analista Legislativo – Nível Superior

DIREITO

Tipo 1 – BRANCA



SUA PROVA

Além deste caderno de prova, contendo **sessenta** questões objetivas e duas questões discursivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha destinada às respostas das questões objetivas;
- as folhas de textos definitivos das questões discursivas.



TEMPO

- **5 horas** é o tempo disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva e a transcrição dos textos definitivos;
- **1 hora e 30 minutos** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de provas;
- **1 hora** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala levando o caderno de provas.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.

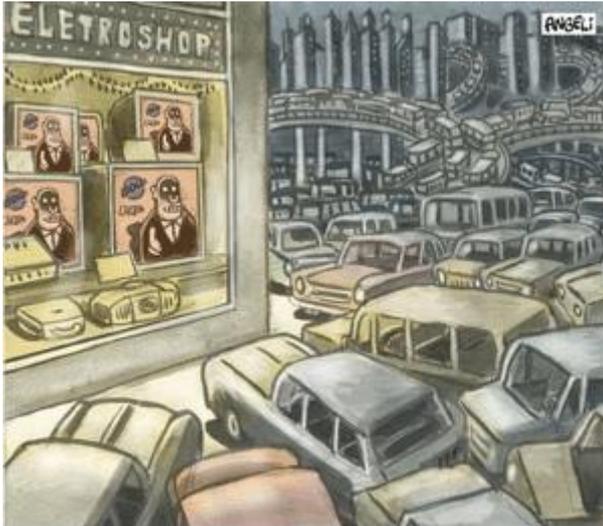


INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões discursivas virão ao final da prova objetiva.
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas e as folhas de textos definitivos;
- Use somente caneta esferográfica, em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas nos espaços reservados;
- Marque na folha de respostas o campo relativo à confirmação do tipo/cor de prova, conforme o caderno recebido;
- O preenchimento das respostas da prova objetiva e da prova discursiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas e textos definitivos em caso de erro;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva e nas folhas de textos definitivos da prova discursiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de provas;
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na folha de respostas;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.

Língua Portuguesa

Analise a charge a seguir e responda às questões 1 e 2.



“Se eleito, transformarei nossa cidade num sistema viário que todo automóvel terá orgulho de trafegar!”

(Angeli)

1

O período colocado abaixo da charge representa

- (A) uma promessa de campanha de um político demagogo, já que a realidade apresentada mostra-se como um problema de impossível solução.
- (B) parte de um discurso de um candidato a cargo público já eleito, pois as palavras denunciam uma promessa não cumprida.
- (C) repetição, por parte de motoristas insatisfeitos, de promessas de campanhas políticas anteriores.
- (D) destaque de uma promessa de campanha política magnificamente bem colocada, já que o problema referido está visível.
- (E) uma crítica aos marqueteiros políticos, que obrigam os candidatos a fazerem promessas de difícil cumprimento.

2

Nesse mesmo período, assinale a opção que indica o **erro** que contraria a norma culta da Língua Portuguesa.

- (A) a ausência de um verbo de ligação no termo “Se eleito”.
- (B) o emprego de uma forma simples de futuro – *transformarei* – em lugar de uma perífrase, de caráter mais coloquial: “*vou transformar*”.
- (C) o uso inadequado do verbo “*transformar*”, numa frase em que o sentido exigiria outro verbo.
- (D) a ausência da preposição “*em*” antes do pronome relativo “*que*”, exigida pelo verbo “*trafegar*”.
- (E) a má utilização da expressão “*terá orgulho*” em relação aos automóveis, quando deveria ligar-se aos motoristas.

Leia o texto a seguir e responda às questões 3 e 4.

Problemas das grandes cidades

A urbanização se intensificou com a expansão das atividades industriais, fato que atraiu (e ainda atrai) milhões de pessoas para as cidades. Esse fenômeno provocou mudanças drásticas na natureza, desencadeando diversos problemas ambientais, como poluições, desmatamento, redução da biodiversidade, mudanças climáticas, produção de lixo e de esgoto, entre outros.

(Mundo Educação)

3

“A urbanização se intensificou com a expansão das atividades industriais”. Com esse primeiro segmento do texto, o leitor recebe a informação de que

- (A) a urbanização provocou a expansão das atividades industriais.
- (B) as atividades industriais causaram um aumento da urbanização.
- (C) a urbanização e as atividades industriais sofrem com os problemas ambientais.
- (D) a atração de milhões de pessoas para as cidades provocou a urbanização.
- (E) as atividades industriais, não a urbanização, causaram problemas ambientais.

4

“...fato que atraiu (e ainda atrai) milhões de pessoas para as cidades”.

As palavras entre parênteses mostram

- (A) uma ampliação da informação dada.
- (B) uma retificação de um erro.
- (C) uma intensificação de um fenômeno.
- (D) uma ironia sobre o fato citado.
- (E) uma confirmação de algo já dito.

5

Por razões históricas, alguns pronomes de segunda pessoa (a pessoa com quem se fala) levam as formas verbais para a terceira pessoa: “— *Você sabe com quem está falando?*”

Esse desencontro faz com que os usuários de Língua Portuguesa misturem constantemente formas de segunda e terceira pessoas, como acontece na seguinte frase:

- (A) “*Se você deseja atendimento rápido, ligue para nossa central.*”
- (B) “*Clica aqui para receberes nossas ofertas!*”
- (C) “*Participe de nossas viagens e traga teus amigos!*”
- (D) “*Vossa Excelência e seus eleitores serão bem-vindos à festa!*”
- (E) “*Venha e compre seu mais novo carro!*”

6

Assinale a opção que indica a frase em que **não** ocorre a possibilidade de duplo entendimento.

- (A) José e Raquel casaram-se.
- (B) No domingo, Vasco e Flamengo enfrentam-se.
- (C) O lobo e o cordeiro enganaram-se.
- (D) João e Maria se despediram.
- (E) Nas férias, marido e mulher irritaram-se.

7

A frase “Pedro e Isabel iludiram-se” cria dúvidas de compreensão: Pedro e Isabel enganaram-se reciprocamente ou reflexivamente? O modo de reescrever-se essa frase que mantém sua ambiguidade é

- (A) “Pedro e Isabel iludiram-se a si mesmos.”
- (B) “Pedro e Isabel iludiram-se entre si.”
- (C) “Pedro e Isabel podiam iludir-se um ao outro.”
- (D) “Pedro e Isabel decidiram iludir-se.”
- (E) “Pedro e Isabel mutuamente se iludiram.”

8

Em relação ao emprego tradicional dos pronomes pessoais, assinale a opção que indica a frase que está totalmente correta.

- (A) Essas roupas estão aí para mim levar para casa.
- (B) Entre mim e minha namorada não há problemas.
- (C) Observei eles da janela de meu quarto.
- (D) Todos saíram com nós depois de meia hora.
- (E) Ao mar, foi-lhe jogado o corpo do marinheiro.

9

Assinale a opção que indica a frase em que o emprego da forma “mim” **contraria** a norma culta da língua.

- (A) Para mim, assistir às aulas é questão de princípio.
- (B) Tudo foi feito em segredo, entre mim e a empresa.
- (C) A mim, ninguém me engana.
- (D) Tinham receio de mim, após a festa, nunca mais voltar.
- (E) Desmaiei e demorei a voltar a mim.

10

Assinale a opção que indica a frase em que houve a troca **indevida** de onde por aonde.

- (A) “O bom não é bom onde o ótimo é esperado.” (Thomas Fuller)
- (B) “Não olhe onde você caiu, mas onde você escorregou.” (Provérbio)
- (C) “Felicidade é um lugar onde você pode pousar, mas não pode fazer seu ninho.” (Diane de Beausacq)
- (D) “Não importa onde você vá, você estará lá.” (Saul Gorn)
- (E) “Outono é uma segunda primavera onde cada folha é uma flor.” (Albert Camus)

11

Assinale a opção em que a preposição **para** mostra valor semântico **diferente** dos demais.

- (A) “Você tem que parar **para** mudar de direção.” (Erich Fromm)
- (B) “Cada saída é a entrada **para** algum outro lugar.” (Tom Stoppard)
- (C) “O sol nasce **para** todos serem felizes, mas a maioria prefere dormir um pouco mais.” (E. T. Wanke)
- (D) “Se o que você está fazendo for engraçado, não há necessidade de ser engraçado **para** fazê-lo.” (Charles Chaplin)
- (E) “Se não podemos encerrar nossas diferenças, pelo menos podemos ajudar a tornar o mundo seguro **para** assegurar a diversidade.” (John Kennedy)

A charge a seguir refere-se às questões 12, 13, 14 e 15.



12

O humor da charge se estrutura com base em

- (A) uma metáfora.
- (B) uma metonímia.
- (C) um pleonasma.
- (D) uma silepse.
- (E) uma catacrese.

13

Assinale a opção que indica a forma de reescrever-se a frase dita pelo repórter que **altera** o seu significado original.

- (A) Vocês podem ver como a terceirização continua sendo debatida no Congresso.
- (B) A terceirização, como vocês podem ver, continua sendo debatida no Congresso.
- (C) A terceirização continua sendo debatida no Congresso, como vocês podem ver.
- (D) Como vocês podem ver, continua sendo debatida no Congresso a terceirização.
- (E) Como podem ver vocês, no Congresso continua sendo debatida a terceirização.

14

Infere-se da charge que

- (A) a terceirização é um tema polêmico.
- (B) as discussões no Congresso são muito acaloradas.
- (C) a opinião pública se interessa por temas políticos.
- (D) os repórteres de TV modificam os fatos.
- (E) a capital fica muito afastada dos estados brasileiros.

15

A frase do repórter mostra uma forma verbal – *continua sendo debatida* – que está expressa na voz passiva.

A sua forma de voz ativa correspondente é:

- (A) continua debatendo-se.
- (B) continua a debater-se.
- (C) continuam debatendo.
- (D) continua debatida.
- (E) continuam a debaterem-se.

Raciocínio Lógico-Matemático

16

Uma máquina consegue envelopar toda a correspondência enviada aos clientes de certa empresa em 5 horas e 20 minutos, trabalhando ininterruptamente. Essa máquina foi substituída por uma nova, que faz o mesmo trabalho na metade do tempo.

Se essa máquina nova for ligada ao meio dia e meia ela terá terminado seu trabalho às

- (A) 14h e 40min.
- (B) 14h e 50min.
- (C) 15h.
- (D) 15h e 10min.
- (E) 15h e 20min.

17

Cinco pessoas, representadas por A, B, C, D e E, sentam-se em volta de uma mesa circular.

Sabe-se que:

- B não é vizinho de A.
- D é o vizinho à esquerda de C.
- B e C não são vizinhos.

Assim, é correto concluir que

- (A) os vizinhos de A são C e E.
- (B) os vizinhos de E são B e D.
- (C) os vizinhos de B são C e D.
- (D) os vizinhos de C são A e B.
- (E) os vizinhos de D são A e C.

18

Antônio e Rogério são irmãos. Certo dia, Rogério tinha apenas R\$ 20,00 e, então, Antônio deu a ele a metade da quantia que tinha no momento. Agora, com mais dinheiro, Rogério deu a Antônio a metade da quantia que tinha naquele momento, ficando, então, com R\$ 26,00.

A quantia que Antônio tinha inicialmente era de

- (A) R\$ 48,00.
- (B) R\$ 52,00.
- (C) R\$ 56,00.
- (D) R\$ 60,00.
- (E) R\$ 64,00.

19

Considere verdadeira a frase: “Quem tem amigo é feliz e quem chora não é feliz”.

Assim, é correto concluir que

- (A) quem não chora tem amigo.
- (B) quem tem amigo não chora.
- (C) quem não chora é feliz.
- (D) quem é feliz tem amigo.
- (E) quem não tem amigo chora.

20

Cinco pessoas, chamadas Ali, Ben, Clô, Dil e Ela, estão em uma fila. São dadas as seguintes informações:

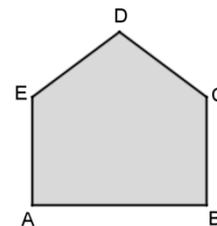
- Ben tem como vizinhos Ela e Dil.
- Ali não é o primeiro e Dil não é o último.
- Clô está separada de Dil por duas pessoas.
- Existe uma única pessoa entre Ben e Ali.

Assim, é correto afirmar que

- (A) Ben é o segundo da fila.
- (B) Ela está entre Ben e Dil.
- (C) Dil está entre Ali e Ben.
- (D) Ali é o quarto da fila.
- (E) Clô está atrás de Ela.

21

Um terreno tem a forma do pentágono ABCDE, como o da figura a seguir, em que os ângulos em A e B são retos e a distância AB mede 24 m. Sabe-se que o perímetro do terreno é de 84 m e que os comprimentos dos lados BC, CD, DE, e EA são todos iguais.



A área desse terreno, em m^2 , é

- (A) 412.
- (B) 440.
- (C) 468.
- (D) 480.
- (E) 496.

22

João, quando chega à sua oficina de artesanato, leva meia hora para arrumar suas ferramentas e depois inicia imediatamente seu trabalho. Nesse trabalho, João produz 12 peças a cada 20 minutos. Certo dia, João chegou à oficina às 8 horas da manhã e trabalhou sem parar até sair da oficina, ao meio-dia.

O número de peças que João produziu nesse dia foi

- (A) 96.
- (B) 108.
- (C) 120.
- (D) 126.
- (E) 144.

23

No meio do ano de 2006, uma empresa resolveu guardar todas as correspondências de cada mês em uma caixa, e as caixas de correspondências foram numeradas: 1, 2, 3, ..., etc.

Na caixa 1 foram guardadas as correspondências de julho de 2006; na caixa 2, as correspondências de agosto de 2006; na caixa 3, as correspondências de setembro de 2006; e assim por diante.

As correspondências de abril de 2015 estão na caixa

- (A) 102.
- (B) 103.
- (C) 104.
- (D) 105.
- (E) 106.

24

Clara recebeu um aumento de 20% sobre o seu salário e passou a ganhar R\$ 1500,00 por mês.

O salário mensal de Clara antes do aumento era de

- (A) R\$ 1200,00.
- (B) R\$ 1250,00.
- (C) R\$ 1260,00.
- (D) R\$ 1280,00.
- (E) R\$ 1300,00.

25

Roberto, Sérgio e Tiago estão com bonés de cores diferentes: azul, vermelho e amarelo, não necessariamente nessa ordem.

Das afirmativas a seguir, somente uma é verdadeira.

- O boné de Roberto é azul.
- O boné de Sérgio não é azul.
- O boné de Tiago não é vermelho.

As cores dos bonés de Roberto, Sérgio e Tiago são, respectivamente,

- (A) vermelho, amarelo e azul.
- (B) vermelho, azul e amarelo.
- (C) amarelo, vermelho e azul.
- (D) amarelo, azul e vermelho.
- (E) azul, amarelo e vermelho.

Legislação Específica

26

Segundo o Regimento Interno da Câmara Municipal de Caruaru, sobre as razões para a cassação do mandato de um vereador, analise as afirmativas a seguir.

- I. Dar-se-á quando ele faltar com o decoro parlamentar, na sua conduta privada, se apresentando eventualmente embriagado.
- II. Considera-se incompatível com o decoro parlamentar a produção, a condução, o consumo ou o tráfico de substâncias entorpecentes e drogas ilícitas.
- III. Dar-se-á quando, por motivo irrelevante, ele entrar em luta corporal com um opositor, no recinto da Câmara.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (E) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

27

Assinale a opção que apresenta o quórum correto para a tomada de deliberação da Câmara de Vereadores de Caruaru.

- (A) A Câmara deliberará, por maioria absoluta, sobre a denominação de ruas e de logradouros públicos.
- (B) A Câmara deliberará, por maioria simples, sobre veto aposto pelo Prefeito Municipal.
- (C) A Câmara deliberará, por maioria absoluta, sobre as leis que envolvam matéria financeira de qualquer natureza, alienação de bens imóveis e concessão de direito de uso e de serviços públicos.
- (D) A Câmara deliberará, por maioria de dois terços de seus membros, sobre referendo a decisões do Tribunal de Contas de que resulte imputação de débito.
- (E) A Câmara deliberará, por maioria absoluta, sobre julgamento do Prefeito por infrações político-administrativas.

28

Segundo o Art. 35 da Lei Orgânica do Município de Caruaru, analise as afirmativas a seguir.

- I. Para a aprovação do Código Tributário do Município e do Código de Obras e Edificações, é exigido, no mínimo, o voto favorável da maioria de dois terços dos membros da Câmara.
- II. O Código de Posturas e o Código Sanitário são estabelecidos por Lei Complementar, sendo exigido, para sua aprovação, o voto favorável da maioria de dois terços, no mínimo, dos membros da Câmara.
- III. O Plano Diretor e a Lei de Diretrizes Orçamentárias exigem, para sua aprovação, o voto favorável da maioria simples dos membros da Câmara.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativa I e III estiverem corretas.
- (E) se somente as afirmativa II e III estiverem corretas.

29

No que diz respeito ao veto do Prefeito sobre projetos de lei, assinale a afirmativa correta.

- (A) No caso de o projeto ser julgado inconstitucional ou contrário ao interesse público, no todo ou em parte, o prefeito deverá vetá-lo integralmente no prazo de trinta dias úteis, contados da data do recebimento.
- (B) O veto será sempre justificado e, quando parcial, abrangerá o texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea.
- (C) No caso de o veto do prefeito ser rejeitado, o projeto será enviado ao Presidente da Câmara de Vereadores, em dez dias úteis, para sua promulgação.
- (D) A manutenção do veto restaura matéria suprimida ou modificada pela Câmara.
- (E) Na apreciação do veto, a Câmara poderá corrigir o texto vetado, introduzindo modificações que atendam ao interesse público.

30

A fiscalização financeira, contábil e orçamentária do Município será exercida pela Câmara de Vereadores, com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, mediante controle externo e pelo sistema de controle interno do executivo.

Sobre o controle da Câmara de Vereadores, analise as afirmativas a seguir.

- I. Ela deve realizar a fiscalização de contas de empresa em cujo capital o Município participe de forma direta ou indireta, nos termos de convênio ou de acordo constitucional autorizado pela Câmara.
- II. Ela deve realizar o exame de demonstrativos contábeis e financeiros de aplicação de recursos das unidades administrativas sujeitas ao seu controle, determinando a regularização na forma legalmente estabelecida.
- III. Ela deve examinar e aprovar os auxílios concedidos pelo Município a entidades particulares sem fins lucrativos, de natureza assistencial.

Assinale:

- (A) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (B) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (E) se somente a afirmativa II estiver correta.

Conhecimentos Específicos Direito Administrativo

31

Com base no Art. 41 da Constituição Federal, analise as afirmativas a seguir.

- I. *Disponibilidade* é a situação funcional na qual o servidor passa à inatividade em virtude da extinção de seu cargo ou da declaração de sua desnecessidade.
- II. *Estabilidade* é a situação estatutária pessoal adquirida pelo servidor público civil nomeado para cargo de provimento efetivo, após três anos de efetivo exercício, que lhe garante a permanência no serviço público.
- III. *Reintegração* é uma garantia do servidor público estável destinada à correção jurídica de uma demissão inválida.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

32

A instalação de uma rede elétrica para a execução de serviços públicos em uma área privada é exemplo de intervenção do Estado na propriedade na modalidade de

- (A) servidão administrativa.
- (B) requisição.
- (C) ocupação temporária.
- (D) limitação administrativa.
- (E) desapropriação.

33

Sobre bens públicos, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) Os edifícios públicos, as praças militares, os veículos oficiais, os navios e as aeronaves de guerra são exemplos de bens públicos de uso especial.
- (B) Os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são inalienáveis enquanto conservarem a sua qualificação (afetação), na forma que a lei determinar.
- (C) Os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno são públicos; todos os outros são particulares, seja qual for a pessoa a que pertencerem.
- (D) Os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público às quais se tenha dado estrutura de direito privado, não dispendo a lei em contrário, não são considerados dominicais.
- (E) A desafetação é o fato administrativo pelo qual um bem público é desativado, deixando de servir à finalidade pública anterior.

34

Leia as afirmativas a seguir e assinale V para a verdadeira e F para a falsa.

- () *Licença* é ato discricionário que expressa a concordância da Administração com atividades dos administrados, desde que preenchidos determinados requisitos legais.
- () *Permissão de uso* é ato discricionário que expressa a concordância precária da Administração com as atividades dos administrados em que haja predominante interesse público.
- () *Interdição* é ato que impõe a perda de um bem ou de um direito em favor do Estado.
- () *Autorização* é ato vinculado que manifesta uma concordância precária da Administração com atividades de exclusivo interesse dos administrados.
- () *Revogação* é a modalidade de retratação manifestada pela Administração ao desfazer ou modificar um ato discricionário por ela praticado, mediante a reavaliação de seu mérito administrativo.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F, V, F, F e V.
- (B) F, V, V, V e F.
- (C) V, F, F, F e V.
- (D) F, V, F, V e F.
- (E) F, F, F, V e V.

35

A respeito da Administração Direta e da Indireta, assinale V para a afirmativa verdadeira e F para a falsa.

- () As empresas públicas sujeitam-se ao regime jurídico das empresas privadas, inclusive quanto às obrigações trabalhistas e tributárias, não podendo gozar de privilégios fiscais que não sejam extensivos ao setor privado.
- () As sociedades de economia mista são entidades paraestatais, organizadas para fins empresariais, com participação do Estado e de pessoas de direito privado em seu capital e em sua administração.
- () Nas empresas públicas, o capital é exclusivamente público, distintamente das sociedades de economia mista, em que o capital é em parte público e em parte privado.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V, V e V.
- (B) F, V e V.
- (C) V, F e F.
- (D) V, V e F.
- (E) F, F e F.

36

No que diz respeito aos Contratos Administrativos, assinale a afirmativa correta.

- (A) A *rescisão administrativa* é a extinção natural do contrato administrativo motivado pelo adimplemento de suas cláusulas e condições de execução prescritas em lei.
- (B) A *encampação* é a devolução ao concessionário dos bens colocados à sua disposição pelo Poder Concedente.
- (C) A *denúncia de contrato administrativo* é ato unilateral privativo da Administração, que desconstitui uma relação contratual com fundamento no interesse público.
- (D) A *caducidade* é a modalidade de desfazimento contratual promovida pelo contratante privado, quando este entender que a Administração é inadimplente.
- (E) O *contratante-administrado*, ainda que não haja previsão contratual para a renúncia, poderá liberar-se de suas obrigações contratuais, independentemente da anuência da Administração.

37

Sobre *desapropriação*, assinale a afirmativa correta.

- (A) A *tredestinação* vem a ser a desapropriação parcial do bem.
- (B) O *direito de penetração* confunde-se com a imissão provisória na posse.
- (C) A *desapropriação* é a forma de aquisição derivada da propriedade, segundo a doutrina majoritária.
- (D) A *declaração de urgência* e o *depósito prévio do valor* são pressupostos que permitem ao expropriante a imissão provisória na posse.
- (E) A *desapropriação indireta* resulta de ato considerado lícito da Administração, quando os dois requisitos constitucionais essenciais – a declaração e a justa indenização – foram observados.

38

Sobre a *parceria público-privada*, assinale V para a afirmativa verdadeira e F para a falsa.

- () A *parceria público-privada*, instituída pela Lei nº 11.079/2004, estabelece normas gerais para a contratação de duas modalidades especiais de concessões administrativas.
- () A *concessão patrocinada* é a concessão de serviços públicos ou de obras públicas que envolve, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários, a contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.
- () A *concessão administrativa* é o contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens.
- () O *concessionário*, na contratação de parceria público-privada, assume integralmente os riscos do empreendimento, sem qualquer ônus ou encargo para a Administração concedente.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F, V, F e F.
- (B) V, F, V e F.
- (C) F, F, V e V.
- (D) V, F, V e V.
- (E) V, V, V e F.

39

Com relação às normas gerais de licitação, assinale a afirmativa correta.

- (A) O *leilão* é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para a venda de bens imóveis inservíveis para a Administração ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados, a quem oferecer o maior lance, igual ou superior ao da avaliação.
- (B) A *concorrência* é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.
- (C) O *concurso* é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, devidamente cadastrados, atenderem às condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.
- (D) A *licitação* é dispensável quando, por quaisquer motivos, possa ser inviável a competição.
- (E) A *revogação* é o afastamento do licitante do processo licitatório em razão de insuficiência de condições subjetivas para licitar.

40

Assinale a opção que indica o princípio que, em caso de risco de danos graves e degradação ambiental, permite a adoção imediata de medidas preventivas.

- (A) Princípio da Autotutela
- (B) Princípio da Eficiência
- (C) Princípio da Segurança Jurídica
- (D) Princípio da Indisponibilidade
- (E) Princípio da Precaução

41

Sobre as possibilidades de a Administração promover a exoneração *ex officio* de um servidor, analise as afirmativas a seguir.

- I. O servidor ocupante de cargo efetivo não satisfazer as condições do estágio probatório.
- II. O servidor, tendo tomado posse, não entrar em exercício no prazo legal.
- III. O servidor no exercício de cargo em comissão, a juízo da autoridade competente.

Assinale:

- (A) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (B) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (E) se somente a afirmativa I estiver correta.

42

O proprietário deve tolerar a ação administrativa e, para tanto, permite o ingresso, em seus domínios, de agentes para fins de vigilância sanitária.

A hipótese acima apresenta um exemplo de

- (A) servidão administrativa.
- (B) tombamento.
- (C) limitação administrativa.
- (D) ocupação temporária.
- (E) intervenção cautelar.

43

Sobre a Responsabilidade Civil do Estado, assinale a afirmativa correta.

- (A) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros.
- (B) A característica fundamental da responsabilidade objetiva é a necessidade de restar comprovada, pelo lesado, a culpa do agente ou do serviço pelo fato administrativo.
- (C) O fato de ser o Estado sujeito à teoria da responsabilidade objetiva significa que o ente estatal será responsável por tudo o que acontece no meio social.
- (D) O Estado somente poderá causar danos a particulares por atos comissivos.
- (E) O direito de regresso é assegurado ao lesado no sentido de dirigir sua pretensão indenizatória contra o agente responsável pelo dano.

44

A respeito da *polícia administrativa*, analise as afirmativas a seguir.

- I. Fiscaliza as condições dos alimentos para consumo.
- II. Investiga a prática de crime, com inspeção e perícia em determinados locais.
- III. Fiscaliza locais proibidos para menores.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

45

A Administração Pública escalona, em plano vertical, seus órgãos e agentes com o objetivo de organizar a função administrativa, por meio do poder

- (A) disciplinar.
- (B) de polícia.
- (C) regulamentar.
- (D) hierárquico.
- (E) vinculado.

Direito Constitucional

46

Determinado Município, com o objetivo de estabelecer limitadores para a remuneração dos servidores públicos, editou lei dispondo que os valores recebidos pelos Procuradores Municipais equivaleriam a 70% daqueles pagos aos Procuradores Estaduais.

De acordo com a sistemática constitucional, é correto afirmar que essa lei é

- (A) inconstitucional, pois é vedada a vinculação de espécies remuneratórias para efeito de remuneração do pessoal do serviço público.
- (B) constitucional, pois os entes federados devem estabelecer a relação entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos.
- (C) inconstitucional, já que um comando dessa natureza somente poderia ser inserido na lei orgânica, que é a “*constituição*” do Município.
- (D) constitucional, pois os padrões remuneratórios do Município devem guardar uma relação de proporcionalidade com aqueles praticados pelo Estado.
- (E) inconstitucional, pois a política remuneratória dos Estados e dos Municípios deve ser disciplinada na Constituição Estadual.

47

Em determinado Município, existem duas carreiras no funcionalismo público ao alcance de pessoas que possuem nível superior em contabilidade, sendo que, em ambas, a remuneração recebida pelos servidores é a mesma. Em uma das carreiras, os servidores têm competência para realizar a fiscalização tributária, enquanto, na outra, devem realizar o controle interno dos atos de gestão praticados pela Administração Pública.

Em razão de reforma administrativa, foi permitido que os servidores de uma carreira fossem investidos em cargos inseridos em outra, desde que realizassem a opção formal no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação da respectiva lei.

Consoante a sistemática constitucional, é correto afirmar que essa lei é

- (A) inconstitucional, pela só razão de a lei não poder condicionar o interesse público à opção dos servidores.
- (B) constitucional, pois a transposição de cargos públicos é plenamente compatível com a regra constitucional que exige que a primeira investidura em cargo público seja precedida de concurso.
- (C) inconstitucional, pois reforma dessa natureza somente poderia ser realizada pela lei orgânica municipal.
- (D) constitucional, pois ambas as carreiras exigiam a mesma formação por parte dos pretendentes, acrescendo-se que todos os servidores foram aprovados em concurso público.
- (E) inconstitucional, pois permitiu que os servidores, sem prévia aprovação em concurso público, fossem investidos em cargo que não integra a sua carreira.

48

O Município X, com o objetivo de conferir maior segurança aos frequentadores dos estabelecimentos comerciais, editou lei dispondo que o licenciamento de obras somente seria autorizado com a apresentação, pelo construtor, de apólice de seguro, que deveria conter os requisitos previstos em suas disposições normativas.

É correto afirmar que essa lei é

- (A) constitucional, pois o licenciamento de obras é matéria de interesse local, o que atrai a competência legislativa do Município.
- (B) inconstitucional, pois o licenciamento de obras é matéria afeta ao Direito Civil, de competência legislativa da União.
- (C) constitucional, pois a União, os Estados e os Municípios possuem competência legislativa concorrente para legislar sobre licenciamento de obras e seguros.
- (D) inconstitucional, já que os Municípios não podem legislar sobre seguros, matéria de competência legislativa privativa da União.
- (E) constitucional, desde que a lei municipal tenha observado as normas gerais editadas pela União em matéria de seguros.

49

Cláudio e Rita, brasileiros natos, casaram e decidiram residir na Argentina, bem como trabalhar na indústria automobilística. Da união de ambos, resultou o nascimento de Júlio, que continuou residindo no exterior por trinta anos ininterruptos. Durante parte desse período, ele manteve uma coluna em um importante jornal brasileiro, na qual analisava a política econômica do Brasil.

A partir da hipótese apresentada, assinale a afirmativa correta.

- (A) Júlio é brasileiro nato, pelo só fato de ser filho de brasileiros.
- (B) Júlio pode vir a naturalizar-se como brasileiro, desde que resida por mais de vinte anos no Brasil.
- (C) Júlio pode ser considerado brasileiro nato, desde que seus pais tenham providenciado a sua naturalização antes de atingir a maioridade.
- (D) Júlio será considerado brasileiro nato caso opte, a qualquer tempo, após ter atingido a maioridade, pela nacionalidade brasileira.
- (E) Júlio não pode ser considerado brasileiro nato em nenhuma hipótese, pois os seus pais não estavam no exterior a serviço da República Federativa do Brasil.

50

O processo de reforma constitucional, tal qual disciplinado na Constituição da República, possui características que o distinguem daquele afeto a outros padrões normativos.

A esse respeito, é correto afirmar que

- (A) somente existem limites formais para a reforma constitucional, devendo ser observado um quórum qualificado para a apresentação da proposta e a deliberação.
- (B) as denominadas cláusulas pétreas somente dizem respeito à necessidade de preservação do regime democrático, de vital importância para a estabilidade e a permanência da Constituição.
- (C) a revisão constitucional é um processo de reforma com requisitos mais complexos que aqueles exigidos para a aprovação de uma emenda constitucional.
- (D) não há limites de ordem temporal para a aprovação de emendas à Constituição.
- (E) a aprovação de emendas constitucionais deve observar certos limites circunstanciais.

51

A denominada intervenção, instituto típico da forma federativa de Estado, permite a ingerência de um ente federativo na esfera jurídica de outro ente.

A esse respeito, é correto afirmar que

- (A) a União pode intervir nos Municípios situados em Territórios Federais, caso venham a ser criados.
- (B) a União, por personalizar a República Federativa do Brasil, pode intervir em todos os entes da federação.
- (C) um Estado-membro somente pode intervir em assuntos afetos a outro Estado-membro mediante prévia autorização do Supremo Tribunal Federal.
- (D) o Distrito Federal, por ter prerrogativas próprias dos Estados, pode intervir nos Municípios situados em seu território.
- (E) nenhuma intervenção pode ser decretada sem prévia aprovação do Supremo Tribunal Federal.

52

Determinado Estado da Federação editou lei prorrogando, por cinquenta anos, a concessão do serviço público de transporte intermunicipal, sem a realização de prévia licitação.

Em razão da flagrante incompatibilidade desse diploma normativo com a Constituição da República, outras sociedades empresárias do ramo de transportes consultaram um renomado advogado a respeito da possibilidade de ser deflagrado o controle concentrado de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.

Assim, é correto afirmar que esse controle

- (A) poderia ser realizado com a impetração de mandado de segurança, de modo que seja incidentalmente declarada a inconstitucionalidade da lei estadual e reconhecido o direito líquido e certo das sociedades empresárias de participarem do processo de contratação.
- (B) somente poderia ser realizado perante o Tribunal de Justiça do respectivo Estado, pois a lei afeta ao serviço público de transporte intermunicipal não tangencia interesses da União.
- (C) poderia ser realizado, pois a lei estadual, ainda que destituída de generalidade, é um ato de aplicação primária da Constituição, e há uma controvérsia constitucional a ser examinada.
- (D) não poderia ser realizado, já que a lei estadual não possui os atributos da generalidade e da abstração, tratando-se de ato de efeitos concretos sob a forma de lei.
- (E) não poderia ser realizado, pois toda e qualquer lei de efeitos concretos somente está sujeita ao controle difuso de constitucionalidade, a ser realizado, perante o Supremo Tribunal Federal, com o manejo do recurso extraordinário.

53

Determinado deputado estadual é apontado, em uma investigação, como o autor de crime doloso contra a vida. O seu advogado, ao tomar conhecimento de que o Ministério Público iria acusá-lo perante o tribunal do júri, elabora longo arrazoado, no qual sustenta, basicamente, que (I) a Constituição Estadual garantiu-lhe a prerrogativa de foro perante o Tribunal de Justiça; e que (II) como os deputados federais são sempre julgados perante o Supremo Tribunal, quaisquer que sejam os crimes que tenham praticado, também os Deputados Estaduais, por simetria, devem ser julgados pelo Tribunal de Justiça.

À luz da sistemática constitucional, assinale a afirmativa correta.

- (A) O foro por prerrogativa de função, previsto na Constituição Federal ou na Estadual, prevalece sobre qualquer outro, incluindo a competência do tribunal do júri.
- (B) A competência do tribunal do júri prevalece sobre o foro por prerrogativa de função, previsto exclusivamente na Constituição Estadual.
- (C) A competência do tribunal do júri prevalece sobre o foro por prerrogativa de função, previsto exclusivamente na Constituição Federal.
- (D) O foro por prerrogativa de função, previsto na Constituição Federal ou na Estadual, jamais prevalece sobre as competências específicas, como a do tribunal do júri.
- (E) Nas situações em que haja foro por prerrogativa de função, o tribunal competente, em se tratando de crime doloso contra a vida, deve ser organizado de forma semelhante ao júri popular.

54

Determinado vereador, com o objetivo de aperfeiçoar os serviços públicos na área de saúde, apresenta projeto de lei que altera a organização da Secretaria Municipal de Saúde e detalha a competência dos seus órgãos internos, de modo a aumentar a eficiência de sua atuação. O projeto é aprovado pela Câmara dos Vereadores e sancionado pelo prefeito.

É correto afirmar que a lei municipal que surgiu desse processo legislativo é

- (A) inconstitucional, pois somente a União pode legislar sobre saúde.
- (B) constitucional, pois todos os entes federativos possuem competência comum para legislar sobre saúde.
- (C) inconstitucional, pois a organização e a competência das secretarias municipais deve estar prevista na lei orgânica municipal.
- (D) constitucional, pois, apesar de a iniciativa legislativa na matéria ser do Chefe do Executivo, o vício de iniciativa foi suprido com a sanção.
- (E) inconstitucional, pois a iniciativa legislativa na matéria é privativa do prefeito municipal.

55

De acordo com a sistemática constitucional afeta à fiscalização contábil orçamentária e financeira do Município, é correto afirmar que o controle externo

- (A) é exercido pelos Tribunais de Contas Municipais, isso nos Municípios que, após a promulgação da Constituição de 1988, tenham decidido instituir essas estruturas orgânicas.
- (B) denota a possibilidade de serem anulados os atos ilegais e revistos aqueles que não se mostrem convenientes e oportunos.
- (C) é exercido pela Câmara Municipal, que apreciará o parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas sobre as contas anuais do Prefeito, somente podendo rejeitá-lo pelo voto de dois terços dos seus membros.
- (D) é exercido pela Câmara Municipal, que apreciará o parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas sobre as contas anuais do Prefeito, podendo acolhê-lo ou rejeitá-lo pela maioria dos seus membros.
- (E) é exercido pelo Tribunal de Contas competente, que julgará as contas anuais de governo do Prefeito Municipal, podendo acolhê-las ou rejeitá-las, bem como aplicar as sanções cabíveis.

56

As Comissões Parlamentares de Inquéritos são comissões temporárias, instaladas no âmbito da Casa Legislativa, que devem desempenhar suas atividades em harmonia com os balizamentos estabelecidos pela Constituição da República.

A respeito dessas comissões, assinale a afirmativa correta.

- (A) Podem determinar a quebra do sigilo telefônico, mas não a realização de interceptações telefônicas.
- (B) Têm poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, podendo praticar, no exercício de suas atribuições, todo e qualquer ato de competência do Poder Judiciário.
- (C) Não precisam assegurar a representação proporcional dos partidos políticos ou dos blocos parlamentares que participam da Casa Legislativa, diversamente ao que se verifica em relação às comissões permanentes.
- (D) Podem convocar o Chefe do Poder Executivo para prestar informações sobre assuntos inerentes às suas atribuições.
- (E) Somente estão autorizadas a solicitar o depoimento de autoridades públicas, não dos cidadãos em geral, que devem ter a sua intimidade preservada.

57

Certo Juiz Federal, ao receber a petição inicial de uma ação ordinária, entendeu não ter competência para processá-la e julgá-la. Em consequência, determinou o seu encaminhamento a um Juiz Estadual. Este último, ao receber os autos, entendeu que não tinha competência para processar e julgar a ação ordinária e que caberia ao Juiz Federal fazê-lo.

Em situações dessa natureza, estamos perante um

- (A) conflito de jurisdição, a ser dirimido pelo Tribunal Regional Federal.
- (B) conflito federativo, a ser dirimido pelo Supremo Tribunal Federal.
- (C) conflito de competência, a ser dirimido pelo Superior Tribunal de Justiça.
- (D) conflito de jurisdição, a ser dirimido pelo Conselho Nacional de Justiça.
- (E) conflito de competência, a ser dirimido pelo Supremo Tribunal Federal.

58

A respeito da sistemática constitucional afeta à Advocacia-Geral da União, assinale V para a afirmativa verdadeira e F para a falsa.

- () A Advocacia-Geral da União possui autonomia funcional, administrativa e financeira.
- () O Advogado-Geral da União deve ser necessariamente escolhido dentre integrantes da carreira da Advocacia-Geral da União.
- () Na execução da dívida ativa tributária, a União é representada pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F, F e V.
- (B) V, V e F.
- (C) V, F e F.
- (D) F, V e V.
- (E) F, V e F.

59

O Presidente da República, transcorridos 90 (noventa) dias após o início da sessão legislativa, ainda não tinha apresentado suas contas anuais ao Congresso Nacional e não tinha perspectivas de fazê-lo tão cedo.

Em situações dessa natureza, a ordem constitucional prevê que

- (A) o Chefe do Executivo será intimado pelo Congresso Nacional a fazê-lo em 30 (trinta) dias.
- (B) o Senado Federal procederá à tomada de contas especial.
- (C) o Tribunal de Contas da União procederá à tomada de contas especial.
- (D) o Chefe do Executivo será imediatamente submetido a julgamento, por crime de responsabilidade, perante o Senado.
- (E) a Câmara dos Deputados procederá à tomada de contas especial.

60

O Presidente de determinada Câmara Municipal solicitou que os servidores do órgão analisassem a constitucionalidade de certas afirmações feitas pelo líder da maioria a respeito do processo legislativo.

Assinale V para a afirmativa verdadeira e F para a falsa.

- () A lei orgânica municipal deve ser votada em dois turnos e aprovada pela maioria absoluta dos membros da Casa Legislativa.
- () O veto pode ser total ou parcial, podendo abranger, nesse último caso, parte de artigo, parágrafo, inciso ou alínea.
- () A iniciativa de qualquer lei municipal é franqueada a um vereador ou a um grupo de vereadores.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V, F e V.
- (B) F, F e F.
- (C) F, V e F.
- (D) V, V e V.
- (E) F, V e V.

Prova Discursiva (Direito)

1

O Município X desapropriou o imóvel de João Silva, localizado em área imprópria para habitação, por conta de elevado índice de emissão de poluentes pelas indústrias localizadas na região, o que trazia graves implicações à saúde da população, inclusive com o nascimento de crianças com malformação genética.

O ato expropriatório previa a criação de um Parque Ecológico, mas o Município, que já havia incorporado o bem ao patrimônio público, cedeu seu uso para a implantação de um centro de pesquisa para transgênicos, de grande importância para a produção agrícola municipal.

Com base na hipótese apresentada,

- I. **analise a atuação municipal no caso concreto;**
- II. **discorra sobre a redestinação do bem;**
- III. **indique se há ou não direito de retrocessão do bem ou eventuais perdas e danos para João Silva. Justifique.**

2

Pedro, servidor público federal, preencheu os requisitos exigidos para o recebimento de determinado benefício estatutário. No entanto, antes de formular o respectivo requerimento, sobreveio lei que alterou a sistemática anterior e extinguiu o benefício. Apesar da nova lei, Pedro continuou achando que tinha direito ao benefício e formulou requerimento para recebê-lo, o qual foi indeferido por um órgão colegiado presidido por Ministro de Estado. Desse indeferimento não cabia recurso administrativo com efeito suspensivo.

Com base na narrativa acima, sob a ótica constitucional, responda aos itens a seguir.

1. **Pedro possuía direito ao benefício?**
2. **Existe alguma ação constitucional para tutelar direitos individuais violados por decisão administrativa, como o que Pedro entende possuir?**
3. **Perante que órgão do Poder Judiciário, dentre aqueles previstos na ordem constitucional, deveria ser ajuizada a ação?**

Atenção!

As folhas a seguir devem ser usadas como rascunho.

Transcreva seu texto no local apropriado na folha de texto definitivo, pois não será avaliado o texto escrito em local indevido.

Você terá até **30 (trinta)** linhas para responder a cada questão.

Na folha de texto definitivo, não se identifique, pois isso pode anular sua prova.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Realização

 **FGV PROJETOS**